



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Protecção dos direitos e interesses laborais dos trabalhadores

No passado, o Governo da RAEM aperfeiçoou os direitos e interesses laborais e as garantias de emprego dos residentes de Macau, incluindo a alteração da “Lei das relações de trabalho” e do “Salário mínimo para os trabalhadores”, bem como a definição das “Medidas do subsídio complementar à remuneração paga na licença de maternidade” e do “Plano do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho para trabalhadores portadores de deficiência”, entre outros diplomas legais, a fim de garantir os direitos e interesses laborais e manter uma relação laboral harmoniosa. Embora o regime jurídico laboral de Macau tenha registado algum progresso na protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores, com o desenvolvimento socioeconómico e a mudança da estrutura industrial, ainda há espaço para o seu aperfeiçoamento contínuo.

O desemprego estrutural, o ambiente de trabalho nos sectores e a protecção dos direitos e interesses laborais de Macau necessitam ainda de ser aperfeiçoados de forma contínua, portanto, espero que as autoridades tomem como referência as experiências de outros locais e, tendo em conta as necessidades reais de Macau, aperfeiçoem gradualmente os diplomas legais relativos ao ambiente laboral de Macau, em prol da construção de uma cidade harmoniosa e feliz.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. O relatório das LAG para o corrente ano refere-se ao aumento do montante do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

subsídio de nascimento e à criação do plano do subsídio de assistência na infância, com vista a aliviar a pressão económica das famílias com crianças. Apesar dos 70 dias de licença de maternidade, as disposições detalhadas sobre o tempo de amamentação, a saúde mental no local de trabalho, etc. ainda precisam de ser melhoradas. As autoridades vão tomar como referência as experiências das regiões vizinhas, aperfeiçoando o actual regime jurídico sobre a paternidade e a criação dos filhos, com vista a reforçar a protecção das trabalhadoras? Para além disso, quanto ao limite de horas de trabalho e à protecção do direito ao descanso dos trabalhadores, as autoridades vão continuar a otimizar o regime jurídico do limite máximo de horas de trabalho, com vista a evitar, nas empresas, problemas decorrentes da prestação de trabalho extraordinário, definindo claramente o conceito de “trabalho extraordinário voluntário”?

2. Na resposta a uma interpelação, as autoridades afirmaram que vão continuar a aperfeiçoar o âmbito legislativo do regime de trabalho a tempo parcial, definindo claramente os postos de trabalho, os pormenores dos contratos, etc., a fim de fundamentar a fiscalização da força laboral da sociedade; e que vão ainda definir critérios para a salvaguarda dos direitos e interesses mínimos, incluindo o princípio do cálculo proporcional para horas de trabalho, salários, férias, faltas por doença, indemnizações rescisórias, etc. Assim sendo, existe alguma calendarização para o efeito? Vai ser criado um mecanismo de estudo e revisão por uma terceira parte?

3. A “Lei da contratação de trabalhadores não residentes” já entrou em vigor, mas continuam a existir fenómenos de “trabalhadores não residentes falsos” e “trabalhadores que exercem funções em locais diferentes dos autorizados”. As



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

autoridades vão agravar as sanções para as empresas infractoras, por exemplo, cancelar as suas licenças ou aplicar multas de valor elevado; e vão criar um mecanismo de investigação independente por uma terceira parte e reforçar a cooperação interdepartamental, em prol do aperfeiçoamento da fiscalização? Para além disso, as autoridades vão proceder a estudos sobre a oferta e a procura de recursos humanos nos diversos sectores, com vista a salvaguardar os direitos e interesses dos trabalhadores locais e a resolver o problema da falta de recursos humanos em alguns sectores?

23 de Maio de 2025

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Leong Hong Sai